



RELATÓRIO de atividades **2024**

PACTO PELA
DEMOCRACIA

APRESENTAÇÃO

O ano de 2024 fortaleceu ainda mais o **Pacto pela Democracia** como um ator estratégico na defesa do Estado Democrático de Direito no Brasil e como referência para o movimento pró-democracia internacional. Após anos de graves ameaças à nossa ordem constitucional, incluindo a tentativa de ruptura em 8 de janeiro de 2023, o Pacto reafirmou seu papel como espaço de articulação da sociedade civil, sustentando que a proteção da democracia exige **presença cotidiana, capacidade de antecipação e construção de soluções estruturantes.**

Mesmo diante de fragilidades institucionais e da persistência de articulações antidemocráticas, o Pacto fortaleceu seus processos de governança, ampliou a coesão do ecossistema pró-democracia no país e expandiu o diálogo com organizações globais, em um contexto no qual a defesa da democracia se tornou um desafio transnacional.

Nossa atuação se orientou por **duas frentes estratégicas:** o fortalecimento estrutural da democracia brasileira e a ampliação da cooperação internacional. No plano interno, aprofundamos reflexões e estratégias para tornar as instituições mais resilientes, qualificar o debate público e avançar na consolidação de uma cultura de responsabilização e memória democrática.



TEXTO POR
FLÁVIA PELLEGRINO
DIRETORA EXECUTIVA

Esse compromisso reafirma que a democracia não se sustenta apenas na reação a crises, mas na capacidade de construir caminhos duradouros que previnam retrocessos.

Em paralelo, o Pacto ampliou sua projeção internacional, conectando o Brasil ao movimento global de defesa da democracia. A legitimidade conquistada pela coalizão fortaleceu nossa capacidade de compartilhar metodologias, inspirar outras experiências e aprender com diferentes **contextos ao redor do mundo**. Essa atuação internacional reforça nossa missão de contribuir para um ecossistema democrático global mais preparado para resistir à erosão autoritária e preservar os fundamentos do Estado de Direito.

No eixo eleitoral, 2024 reafirmou a compreensão de que mais do que assegurar a integridade das eleições, o desafio é cultivar confiança social duradoura no sistema de votação e consolidar um ambiente político estável, protegido contra tentativas de captura ou deslegitimação. Essa é uma das nossas frentes estratégicas permanentes, que orienta nosso olhar para os próximos ciclos eleitorais e para a necessidade de antecipar riscos que possam ameaçar a legitimidade do voto.

Ao completar seis anos de atuação, o Pacto pela Democracia reafirma seu papel como um **espaço plural, apartidário e articulador da sociedade civil, capaz de mobilizar atores diversos em torno de um compromisso comum**. Este relatório apresenta um panorama abrangente de 2024 e aponta os caminhos estratégicos que guiarão nossa atuação nos próximos anos. Mais do que registrar conquistas, ele é um convite à continuidade dessa construção coletiva, que só é possível porque seguimos juntos, vigilantes e determinados a tornar a democracia um valor e uma escolha inegociáveis para o Brasil e para o mundo.



Defesa constante da Democracia

Os eventos de **8 de janeiro de 2023** expuseram, de maneira brutal, as fragilidades do sistema democrático brasileiro, demonstrando que, embora as instituições tenham reagido com firmeza à tentativa de golpe, sua capacidade de prevenção ainda é limitada. Neste contexto, marcado por tensões sociais e institucionais, **o Pacto pela Democracia vem atuando como uma força articuladora da sociedade civil na defesa do Estado Democrático de Direito.**

Historicamente, a sociedade civil é essencial no processo de construção democrática. Agora, ela assume um papel ainda mais estratégico na atual conjuntura política brasileira. O Pacto atua como **catalisador dessa energia coletiva**, promovendo o diálogo, a cooperação entre diferentes atores e a vigilância permanente contra retrocessos democráticos. Diante do processo de **polarização extrema e erosão da confiança pública nas instituições e na própria democracia**, a organização reafirma que a reconstrução democrática exige mais do que reações emergenciais: é preciso proposição, planejamento, visão de longo prazo e compromisso cotidiano com os valores democráticos.

Não se trata apenas de resistir aos ataques autoritários, mas de **avançar na proteção e no fortalecimento das estruturas que sustentam e promovem o bom funcionamento do sistema democrático brasileiro.** Temos atuado nessa direção ao incentivar ações voltadas ao fortalecimento de práticas democráticas no cotidiano político do país. Nosso papel é estratégico para garantir que os erros do passado não se repitam e que se criem mecanismos duradouros de salvaguarda democrática, com base em valores como o **pluralismo, a tolerância e o diálogo.**

Em um momento em que o Brasil se vê às voltas com os efeitos persistentes do autoritarismo, a atuação do Pacto pela Democracia demonstra que o caminho democrático não é garantido apenas pela presença de governos legitimamente eleitos, mas também pela **mobilização ativa e vigilante da sociedade civil.** A reconstrução e o fortalecimento da democracia passa, portanto, pela capacidade de aprender com o passado, enfrentar os desafios do presente e construir uma **cultura democrática realmente sólida e perene para o futuro.**



2

Faça a
Democracia Forte!



As **eleições de 2022** foram marcadas por ataques sistemáticos às urnas e ao nosso sistema eleitoral, graves ofensivas contra as instituições e uma verdadeira tentativa de golpe de Estado. A ideia de que teríamos um período de normalidade democrática no Brasil logo se perdeu no início de 2023. [A conjuntura deixou claro que é necessário criar formas de fortalecer os pilares da nossa democracia para evitar que ataques antidemocráticos sigam acontecendo.](#) Torna-se premente, portanto, criar “vacinas” democráticas para a “pandemia” antidemocrática” em curso no Brasil e no mundo.

O programa estratégico do Pacto pela Democracia, “Fortalecimento das Instituições”, tem como objetivo central **consolidar e aprimorar as estruturas que sustentam o regime democrático no Brasil**. Trata-se de um compromisso com a construção de instituições mais transparentes, representativas, responsáveis e abertas à participação da sociedade civil, com foco permanente na preservação e promoção do Estado Democrático de Direito.

Esse fortalecimento passa também pelo reconhecimento de que a democracia não se limita ao momento eleitoral, mas se concretiza no dia a dia, por meio do funcionamento efetivo dos Poderes da República e da atuação vigilante da sociedade. Nesse sentido, o Pacto atua para incentivar uma **participação ativa e qualificada da sociedade civil**, ampliando sua presença e influência nos processos decisórios e na fiscalização das ações públicas.

Pensando nisso, a **Agenda Democracia Forte** foi lançada em 2024 como uma resposta propositiva ao contexto de fragilidade democrática brasileira após as tentativas de ruptura que culminaram na sublevação de [8 de janeiro de 2023](#). A Agenda se propõe a orientar e impulsionar a atuação da rede do Pacto nos próximos anos, articulando esforços para a proteção e o fortalecimento do Estado Democrático de Direito.



A Agenda foi construída de forma colaborativa ao longo de 2024, com a participação ativa de 16 organizações co-organizadoras e a formação de oito grupos de trabalho temáticos. Esses GTs permitiram o **aprofundamento das diretrizes em áreas-chave como:** despolitização e democratização das forças de segurança; equilíbrio entre os Poderes da República; defesa e fortalecimento do sistema eleitoral; responsabilização e memória dos crimes contra a democracia; participação social; educação cidadã; qualificação e promoção do debate público; e combate à rede internacional de autoritarismo. Ao todo, foram consolidadas mais de 30 propostas reunidas em um documento, que já foi apresentado a parlamentares, membros do Judiciário e representantes do Executivo em janeiro de 2025.

A Agenda surge também como resposta à frustração diante do relatório final da CPI do 8 de Janeiro, que não acolheu plenamente as demandas da sociedade civil por responsabilização efetiva dos envolvidos nos atos golpistas. Isso impulsionou o Pacto a propor uma intervenção mais incisiva, pactuando uma agenda que propõe mecanismos voltados à proteção e ao fortalecimento do sistema

Documento final da Agenda foi construído ao longo de 2024 e trouxe 38 diretrizes para proteção da democracia brasileira.



democrático brasileiro. O resultado foi a consolidação do protagonismo da rede do Pacto, cuja atuação foi reconhecida inclusive no relatório da CPMI e culminou na criação dos grupos de trabalho para formulação da Agenda.

Mais do que uma plataforma de diretrizes, a Agenda Democracia Forte é um espaço **pungente de articulação política, qualificação do debate público e mobilização social**. Um evento presencial realizado em São Paulo (SP), em outubro de 2024, reuniu mais de 60 representantes de organizações da Rede para discutir e colaborar na construção das propostas, demonstrando a potência do engajamento coletivo. A Agenda Democracia Forte representa um esforço concreto de incidência, com potencial para **influenciar políticas públicas e fortalecer a resistência democrática frente às ameaças autoritárias que seguem presentes no cenário brasileiro**.



Após um processo de escuta da rede do Pacto pela Democracia, sintetizamos neste documento [Agenda Democracia Forte] ações-chave para avançarmos no processo de consolidação da democracia brasileira. Há um longo caminho a seguir, mas seguiremos.

Felippe Angeli, advogado e coordenador de advocacy do JUSTA



NÚMEROS DA AGENDA DEMOCRACIA FORTE

8 Pilares Essenciais

Construída com a participação de **16 organizações** co-organizadoras e líderes de grupos de trabalho.

Instituto Sou da Paz; Plataforma Justa; Transparência Internacional - Brasil, MCCE - Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral; Transparência Eleitoral Brasil; Coalizão Brasil por Memória, Verdade, Justiça, Reparação e Democracia; LAUT - Centro de Análise da Liberdade e do Autoritarismo; Mulheres Negras Decidem; Instituto Cidade Democrática; Sivis; Rede Nacional de Educação Cidadã; InternetLab; Aláfia Lab, Ajour - Associação de Jornalismo Digital; Brazil Office; Democracy Hub

160 participantes em sessões virtuais de aulas e formações

60 membros da rede participaram de evento presencial em São Paulo para debater e construir propostas

38 diretrizes propostas no documento final



Organizações da Rede do Pacto se reuniram em outubro para debater as diretrizes da Agenda Democracia Forte.

Créditos: José Eduardo Bernardes

A construção de uma democracia sólida e resiliente no Brasil passa, necessariamente, pelo **enfrentamento dos crimes contra a democracia do passado e pela preservação da memória democrática**. Em um país marcado por sucessivos episódios de ruptura institucional e impunidade, como a anistia aos responsáveis pelo golpe de 1964, o Pacto tem um papel fundamental ao criar estratégias, campanhas e ações que buscam romper com o ciclo de esquecimento e negligência que incentiva novas ameaças ao Estado de Direito. Pensar e refletir sobre o passado democrático brasileiro é fundamental para que erros do passado **não voltem a se repetir**.

Pensando nisso, em março de 2024, a rede de organizações que compõem o Pacto pela Democracia articularam uma campanha nacional intitulada **“Sem Memória Não Há Futuro”**. A iniciativa teve como objetivo denunciar a **ausência de ações do Governo Federal** voltadas à rememoração crítica do marco de 60 anos do golpe civil-militar de 1964 no Brasil e à valorização da memória histórica sobre o período autoritário.



Segundo documentos divulgados pelo jornal Folha de S.Paulo em 20 de março de 2024, o Governo Federal havia planejado uma ação institucional com o mesmo slogan, mas optou por não executá-la. Em razão da falta de comprometimento genuíno do governo, a sociedade civil organizada assumiu a responsabilidade de **marcar a data por meio da produção e disseminação de materiais informativos, mobilizações digitais e publicação de um manifesto conjunto, que foram disponibilizadas no site oficial da campanha.**

O conteúdo central da mobilização foi a crítica à omissão do governo brasileiro diante da necessidade de reconhecer a data de 31 de março como um marco de ruptura democrática e início de um regime autoritário no país. A campanha sustentou que o esquecimento ou relativização desse passado compromete os fundamentos democráticos e impede a construção de um futuro baseado em justiça, verdade e participação cidadã. O manifesto divulgado enfatiza que o golpe de 1964 representou uma grave violação à ordem constitucional e instaurou um ciclo de repressão e supressão de direitos civis.

A campanha “Sem memória não há futuro” denunciou as ameaças à democracia brasileira que existem ainda no presente. O Pacto pela Democracia lembrou que a falta de responsabilização plena pelos crimes da ditadura e a ausência de políticas de memória consistentes contribuem para a fragilização das estruturas democráticas, **tornando o país mais vulnerável a retrocessos institucionais.**

Acesse o artigo: “Mais do que um exercício de memória”, por Flávia Pellegrino



Acesse o artigo: “Memória e responsabilização: pilares para a democracia”, por Arthur Mello

Outro ponto central da campanha foi a defesa de uma agenda pública de Memória, Verdade e Justiça. O manifesto, assinado por muitas organizações que compõem a coalizão, reitera que essa responsabilidade não é exclusiva da sociedade civil, mas também do Estado, que precisa estar juridicamente comprometido com a formulação de políticas de reparação, reconhecimento das vítimas da ditadura e garantia de não repetição das violações aos direitos humanos.

A campanha “Sem memória não há futuro”, foi uma ação articulada de caráter político-pedagógico, com o intuito de incidir sobre o debate público em torno da memória da ditadura e do fortalecimento democrático. Sua realização destacou o **protagonismo da sociedade civil frente à omissão institucional**, reafirmando a centralidade da memória como instrumento de resistência democrática.



O Brasil, historicamente, anistiou os crimes contra a democracia. É preciso romper esse ciclo de impunidade e responsabilizar - no plano individual e institucional - aqueles que atentaram contra o Estado de Direito, para que possamos finalmente consolidar nossa democracia.

Lucas Pedretti, coordenador executivo da Coalizão Brasil por Memória, Verdade, Justiça, Reparação e Democracia



NÚMEROS DA CAMPANHA “SEM MEMÓRIA NÃO HÁ FUTURO”

13 citações à campanha na imprensa

29 organizações signatárias do manifesto “Sem memória não há futuro”

15º lugar entre os assuntos mais comentados do dia no X, antigo Twitter. **Mais de 3000 postagens** ao longo do dia.

Em 13 de junho de 2024 o Pacto pela Democracia completou seis anos de atuação dedicada à defesa das instituições e dos valores democráticos no Brasil. Em um cenário ainda marcado por instabilidades políticas e incertezas quanto à solidez do Estado Democrático de Direito, a rede reafirma seu papel como articuladora de esforços coletivos em prol da democracia.

Ao celebrar seis anos de existência, **o Pacto pela Democracia renovou seu compromisso com a construção de uma sociedade livre, justa e participativa.** Em um contexto global de crescentes ameaças às liberdades democráticas, o Pacto reafirma sua missão de inspirar e mobilizar a sociedade civil na defesa intransigente da democracia.

Além de rememorar conquistas da Rede, o Pacto realizou um grande encontro com as organizações em São Paulo (SP). O espaço delineou os caminhos para uma atuação mais incisiva diante dos desafios democráticos contemporâneos. A programação contou com a participação dos jornalistas Fernando de Barros e Silva, editor da Revista *plaiú* e apresentador do podcast *Foro de Teresina*, e Ana Luiza Albuquerque, repórter política da *Folha de São Paulo* e apresentadora do podcast *Autoritários*.



Rede reunida no aniversário de 6 anos do Pacto

Crédito: Ilana Bar



Os jornalistas Fernando de Barros e Silva e Ana Luiza Albuquerque

Crédito: Ilana Bar

Os convidados **compartilharam análises sobre o papel da sociedade civil** frente ao avanço da extrema direita e ao crescente descrédito nas instituições democráticas, **destacando a importância da mobilização social para sustentar uma agenda progressista e comprometida com os valores democráticos.**

“

Ver a sociedade civil se organizando e se mobilizando para proteger a nossa democracia é um motivo de enorme celebração. O Pacto tem um trabalho fundamental ao unir essas organizações e continuar a luta em defesa da nossa democracia e garantir que ela continue sendo protegida.

Lucas Louback, gestor de campanhas nacionais do NOSSAS





Eleições 2024:
Agir com olhar para 2026



O sistema eleitoral brasileiro tem sido alvo de ataques e desinformação que colocam em risco a confiança nas eleições e, conseqüentemente, na própria democracia. Diante desse cenário, o Pacto pela Democracia, desde a sua fundação, tem **atuado de forma decisiva** na defesa da integridade do processo eleitoral, criando, por exemplo, estratégias contra a disseminação de desinformação sobre o sistema de votação brasileiro.

Este recente e significativo descrédito da população é primordialmente fruto de um processo desinformativo sobre seu funcionamento e de uma ampla desconfiança nas próprias instituições democráticas do país.

Diante desse cenário, as **eleições municipais de 2024** representaram um marco importante para a democracia no país. O pleito foi o primeiro após o processo eleitoral de 2022, marcado por ações coordenadas para atacar o sistema eleitoral brasileiro e uma franca tentativa de ruptura democrática. Com o início de um novo ciclo nacional de eleições em 2024, o Pacto teve a oportunidade de criar, testar e aprimorar estratégias e ações voltadas a retomar e ampliar a confiança da população brasileira no sistema de votação, com o olhar **já direcionado para as eleições nacionais de 2026.**

Para isso, logo no início do ano, o Pacto promoveu um encontro para reunir insumos e reflexões, delinear estratégias de atuação e fortalecer a articulação em rede durante o período eleitoral. **Mais de 50 organizações participaram e debateram** os desafios e as oportunidades do cenário eleitoral. Neste evento, as ações das organizações para as eleições foram compartilhadas e agrupadas, servindo como mecanismo para facilitar articulações e ações conjuntas.



Rede do Pacto reunida em fevereiro para pensar coletivamente estratégias para as eleições de 2024.

Além disso, o Pacto pela Democracia continuou a construir alianças significativas entre as organizações e estabeleceu interlocuções próximas junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para a construção de ações conjuntas visando **restaurar a confiança no sistema de votação e nas urnas eletrônicas**, um dos focos da atuação do Pacto.

“

A importância de debater e discutir as eleições - não apenas em anos eleitorais - é conseguir conceber, em coletividade, porque é tão importante defender a nossa democracia. Considero isso fundamental pro momento em que estamos vivendo no país e para podermos voltar a sonhar com um país mais justo e igualitário.

Tauá Lourenço Pires, co-directora do Instituto Alziras



Ainda com o intuito de qualificar o processo eleitoral municipal e garantir sua integridade, o Pacto também lançou a 4ª edição da Plataforma Eleições Melhores 2024. Esta plataforma reuniu e potencializou iniciativas da sociedade civil voltadas para áreas como combate à desinformação, proteção contra a violência política, fortalecimento do debate democrático, e ampliação da participação e representatividade nas eleições. Por mais um ano, a plataforma foi um espaço interativo onde diversas iniciativas da sociedade civil puderam se inscrever e contribuir para um processo eleitoral mais transparente, democrático e inclusivo. Foram **mais de 60 iniciativas** mapeadas ao longo de todo o processo eleitoral.



O trabalho coletivo, articulado e sincronizado entre organizações do Pacto em defesa das eleições, aponta para muitos desafios e também para a complexidade das nossas atuações. Por isso, é muito importante que sejamos diversos, que tenhamos muitas vozes para que nosso trabalho se integre para avançarmos democraticamente.

Gabi Juns, co-diretora do Instituto Lamparina



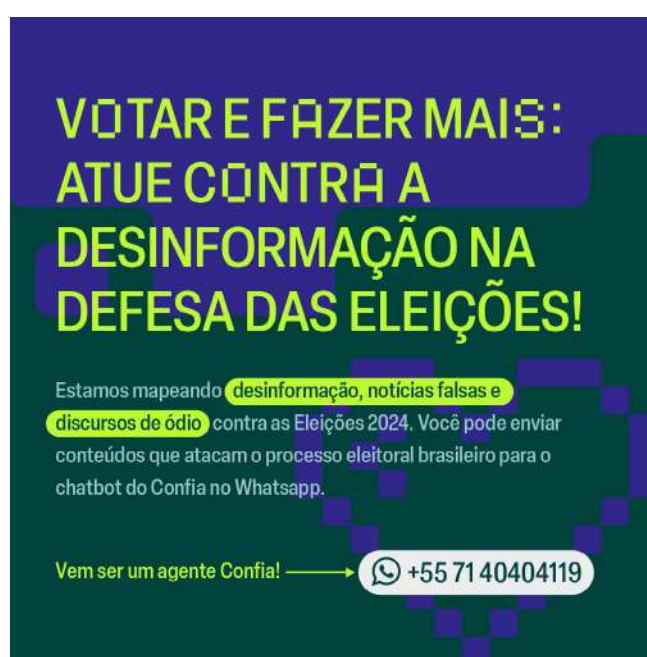
O **projeto Confia** foi outra forte iniciativa para fortalecer a confiança no sistema eleitoral brasileiro e mapear desinformações e ataques coordenados às urnas eletrônicas, instituições e autoridades eleitorais. Em parceria com a **Meedan**, o projeto operou entre 9 de setembro e 27 de outubro de 2024, atuando como um projeto piloto com o objetivo de desenvolver uma **ferramenta estratégica para as eleições de 2026**.

O projeto possui um caráter inovador ao focar no **mapeamento da desinformação, notícias falsas e discursos de ódio direcionados ao processo eleitoral brasileiro**, indo além do simples fact-checking para focar na análise estratégica das tendências de discurso, possuindo um caráter analítico, de previsão de cenários e de projeção de ações que permitam o aumento da confiança no nosso sistema de votação.


Ao encontrar conteúdo espalhando desinformação, notícias falsas ou discurso de ódio sobre as eleições de 2024, os usuários puderam enviá-lo para o Confia, via Whatsapp. Também foi possível pedir conteúdos confiáveis para esclarecer dúvidas sobre o processo eleitoral e as eleições de 2024.

As denúncias recebidas permitiram coletar perguntas e mídias dos eleitores, organizar o conteúdo, agrupar consultas e organizá-las para checagens de fatos e descobrir tendências emergentes. O Confia recebeu, analisou e adicionou o material a uma base de dados estudada por diversas organizações da Rede.

Ao mapear e classificar conteúdos falsos, o projeto permitirá a criação de **contra-narrativas eficazes para atuar em futuros períodos eleitorais**. O conhecimento gerado pelo Confia será de grande importância para futuras ações.



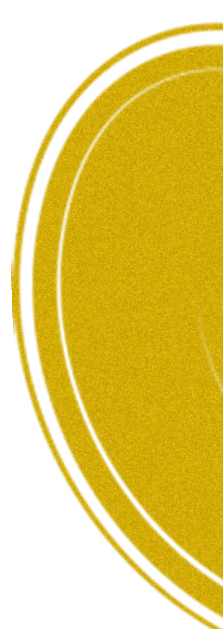
O projeto teve como liderança **diversas organizações da rede**: Aláfia Lab, Instituto Democracia em Xequê, Instituto Cidade Democrática, Instituto Da hora, Internetlab, Mulheres Negras Decidem, Nossas, Politize, Quid, Rede Conhecimento Social, Sleeping Giants Brasil e Transparência Eleitoral Brasil.



Ainda em 2024, em resposta à **tramitação do Projeto de Lei 1169/2021** na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados, que propunha a adoção do voto impresso a partir das eleições de 2026, o Pacto pela Democracia coordenou uma ação estratégica para **se posicionar contra a medida**. Antecipando a urgência do tema, o Pacto mobilizou sua rede e elaborou uma **Nota Pública** contrária ao projeto, aberta a consulta e contribuições das organizações da sociedade civil. A nota foi divulgada nos dias de votação da Comissão e teve como objetivo central **dar visibilidade a um debate que estava restrito e com pouca repercussão no ambiente político e midiático**.

A ação teve como foco principal influenciar o debate público e político, ampliando a visibilidade do tema na imprensa e entre parlamentares. O Pacto buscou **alertar para os riscos da proposta à integridade do sistema eleitoral**, reafirmando a confiança nas urnas eletrônicas. A mobilização conseguiu gerar repercussão relevante na mídia e ecoar o posicionamento da sociedade civil organizada em defesa do processo eleitoral vigente.

Como resultado direto da iniciativa, a Nota Pública do Pacto foi assinada por 23 organizações da sociedade civil e citada em 30 publicações, incluindo veículos de grande alcance como **UOL, Agência Brasil e G1**. A articulação também alcançou o Legislativo, e o deputado Chico Alencar (PSOL/RJ) mencionou diretamente a nota durante uma sessão na Câmara.





Entidades lançam manifesto contra voto impresso

Vídeo - UOL: "Entidades em defesa da democracia lançam manifesto contra voto impresso"



A ação teve como público prioritário os parlamentares da CCJ contrários ao projeto e os membros da rede do Pacto pela Democracia, que atuaram como multiplicadores da mensagem. Ao garantir **visibilidade para o posicionamento da sociedade civil** sobre o tema e envolver os meios de comunicação de forma eficaz, a campanha cumpriu seu propósito de **qualificar o debate público e reforçar a legitimidade das instituições eleitorais**, contribuindo para o fortalecimento do Estado Democrático de Direito.

Neste contexto de desconfiança em relação às instituições e ao sistema de votação, o Pacto sempre defendeu que mudanças nas regras eleitorais fossem feitas de forma transparente, plural e democrática, garantindo o envolvimento de todos os setores da sociedade civil para assegurar **legitimidade e confiança nas mudanças propostas**.

Diante da possibilidade de aprovação do chamado **Novo Código Eleitoral (Projeto de Lei Complementar - PLP 112/2021)** sem a realização de audiências públicas durante sua tramitação, o Pacto pela Democracia, juntamente com outras organizações, publicou um manifesto para expressar contrariedade e preocupação. Essa situação se manteve no Senado Federal, com a apresentação de um relatório na Comissão de Constituição e Justiça sem que houvesse um amplo debate com a sociedade civil. Dada a pretensão do presidente do Senado naquele momento, senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG), em priorizar a aprovação do Código ainda em 2024, o Pacto agiu rapidamente e entregou ao presidente um **manifesto que pedia a ampla participação e debate com a sociedade civil neste processo**.

O manifesto, assinado por mais de 30 organizações da rede do Pacto pela Democracia, argumentou que, embora reconhecesse avanços na proposta do **Novo Código Eleitoral**, havia modificações que demandariam uma análise aprofundada por trazerem consequências potencialmente negativas, como as que podiam comprometer a transparência e a padronização da prestação de contas partidárias, diminuir a participação de mulheres na política e restringir a atuação da Justiça Eleitoral. O documento louvou o esforço de aprimorar a legislação para **fortalecer a democracia**, mas reiterou que não se podia admitir que esse processo ocorresse sem **debate amplo e participativo**, especialmente diante do atual cenário de desconfiança de parte da sociedade com relação ao sistema eleitoral e à própria democracia.



4

Fortalecimento das instituições:
a Democracia sendo pautada pelo
Pacto nos Três Poderes.

Ao longo do ano de 2024, as instituições brasileiras operaram sob constante tensão e risco democrático, e a rede do Pacto pela Democracia atuou ativamente com foco no **fortalecimento e no equilíbrio entre os Três Poderes**. As discussões em curso no Congresso Nacional foram trazidas para dentro da rede, que atuou em coalizão, incidindo sobre os principais temas em pauta e contribuindo para o debate político e democrático no Brasil.

Primeiro Encontro de Advocacy da Rede Pacto pela Democracia

O primeiro encontro de advocacy promovido pela rede do Pacto pela Democracia contou com a participação de 30 organizações em Brasília (DF), em fevereiro de 2024. Com caráter estratégico, o encontro teve como propósito central refletir sobre práticas de **advocacy em rede**, promovendo o intercâmbio de experiências, a identificação de desafios comuns e a construção coletiva da agenda prioritária para o ano de 2024.

Como resultado direto, o encontro promoveu maior aproximação entre os membros da Rede e consolidou um espaço de articulação em torno de uma agenda comum. O evento também serviu como oportunidade para apresentar o Pacto a novas equipes de advocacy das organizações, ampliando o entendimento sobre sua proposta de atuação e estimulando o engajamento coletivo.



Um exemplo dessa reflexão em rede sobre temas em discussão no Congresso, que exigiam análise coletiva a partir dos saberes diversos da rede, foi o debate sobre a regulação das redes sociais no Brasil. Em uma iniciativa da Fundação Fernando Henrique Cardoso, a Diretora Executiva do Pacto, Flávia Pellegrino, participou como mediadora de uma mesa sobre os **desafios da regulação das plataformas digitais no país**. A conversa contou com a presença da jornalista Patrícia Campos Mello (Folha de S.Paulo), de Francisco Brito Cruz (então diretor executivo do InternetLab) e de João Brant (secretário de Políticas Digitais da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República).

Pacto pela Democracia participa do simpósio "O Desafio da Regulação das Mídias Sociais na Democracia"

Assista na íntegra



Ainda sobre o debate de regulação das redes sociais, Arthur Mello, coordenador de Advocacy do Pacto, participou do evento promovido pela Coalizão Direitos na Rede, frente composta por mais de 50 organizações, do **Simpósio “Regulação de plataformas digitais – A urgência de uma agenda essencial à democracia”**, em Brasília (DF). Participaram também da mesa João Brant (Secretário de Políticas Digitais – Secom); Vitor Durigan (Coordenador de Combate à Desinformação – STF); Francilene Procópio Garcia (Vice-presidente – Sociedade Brasileira pelo Progresso da Ciência); Admirson Medeiros (Coordenador – Central Única dos Trabalhadores e Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação); e Paulo Rená (Representante – Coalizão Direitos na Rede, Iris e Aqualtune Lab).

Participação do Pacto durante o simpósio “Regulação de plataformas digitais – A urgência de uma agenda essencial à democracia”.



A Secretaria Executiva do Pacto, ao observar o crescimento do debate público sobre a **atuação da Suprema Corte brasileira e o equilíbrio entre os Poderes**, promoveu, também em parceria com a Fundação FHC, uma conversa com organizações da rede para troca de entendimentos e saberes sobre o papel do STF na democracia brasileira. Estiveram presentes organizações como a Plataforma Justa, Transparência Internacional Brasil, Instituto Democracia em Xequê entre outras.



Encontro da Rede do Pacto para debater a atuação do STF e o equilíbrio dos Poderes.

Esses são exemplos de momentos de **troca e construção coletiva** que marcam o trabalho da rede do Pacto: trazer temas fundamentais sobre as instituições democráticas para **reflexão conjunta e produção de conhecimento qualificada**.

Além de espaços de escuta e debate, ações de incidência também foram colocadas em prática com o olhar voltado para o equilíbrio entre os Três Poderes e o funcionamento democrático das instituições brasileiras. No primeiro semestre de 2024, a área de advocacy e incidência política do Pacto atuou na mobilização da rede **contra a aprovação da chamada PEC da Anistia dos Partidos (PEC 9/2023)**, uma proposta de mudança na legislação brasileira que buscava perdoar partidos políticos que não cumpriram as leis eleitorais – tanto no que diz respeito às regras financeiras quanto, principalmente, à obrigatoriedade de repasse de **30% do financiamento para candidaturas de mulheres e pessoas negras**.

Trata-se de um grande retrocesso: uma lei fundamental para garantir representatividade e diversidade política sendo **ignorada pela classe política**. Diante disso, a rede do Pacto lançou uma **nota conjunta**, realizou campanhas nas redes sociais e na imprensa, e trouxe o tema para as plenárias e grupos de trabalho da rede. Com isso, diversas organizações também se **mobilizaram em torno da pauta**, que ganhou força no debate público brasileiro. A atuação do Pacto repercutiu amplamente na imprensa, como no [Estadão](#), [Uol](#), [Metrópoles](#), [O Globo](#) e [Folha de S.Paulo](#).

Além do conteúdo da PEC em si ser uma ameaça à democracia, a forma como ela foi conduzida no Congresso Nacional chamou especial atenção: votações atropeladas, pouco tempo para debate público e pouca abertura à incidência da sociedade civil.

A Câmara dos Deputados, como órgão legislativo fundamental para a democracia brasileira, necessita de atenção e acompanhamento contínuos da sociedade civil. Historicamente, mudanças internas apontam para um **enfraquecimento de mecanismos de transparência e a redução das possibilidades de participação social** em processos de deliberação, votação e funcionamento geral da Casa, o que pode minar a confiança pública e a legitimidade do Legislativo, enfraquecendo a democracia brasileira.



Ampliar as possibilidades de trocas entre a sociedade civil e autoridades públicas deve ser uma das prioridades das organizações que lutam por uma democracia participativa. Judiciário, Executivo e Legislativo precisam estar mais receptivos aos anseios e necessidades do povo, principalmente dos grupos historicamente apartados dos espaços de poder e tomada de decisão.

Tainah Pereira, coordenadora política do Mulheres Negras Decidem



Esse processo se repetiu ao longo de 2024, o que levou a rede do Pacto, junto a pesquisadores e organizações, a iniciar uma **articulação para refletir sobre melhores práticas para democratizar o regimento da Câmara dos Deputados** aproveitando a janela de oportunidade da eleição da sucessão da presidência da Casa.

O Pacto pela Democracia, em parceria com dois pesquisadores – Guilherme France, Diretor de Incidência da Transparência Internacional - Brasil, e Beatriz Rey, pesquisadora da Fundação POPVOX –, apresentou, em novembro de 2024, propostas de mudanças, ajustes e inovações para o Regimento Interno da Câmara dos Deputados: **[o documento Câmara Aberta.](#)**

Em um evento público realizado em Brasília (DF), o Pacto levou o documento ao Congresso Nacional para apresentar publicamente seu conteúdo e engajar parlamentares e a imprensa sobre a importância de promover uma **reforma nos processos** de deliberação e de [ampliar a transparência no debate legislativo](#). Este foi um momento histórico em que a sociedade civil brasileira, diante de práticas que dificultam a participação social, construíram, de forma coletiva, um documento inovador para tornar a nossa casa legislativa mais democrática.

Participaram do lançamento diversas organizações da sociedade civil, como Transparência Internacional - Brasil, Nossas, Elas no Poder, Rede Justiça Criminal, Conectas, Greenpeace Brasil, Clima de Política e Brazil Office. Também estiveram presentes os parlamentares Adriana Ventura (Novo-SP), Pastor Henrique Vieira (Psol-RJ), Eduardo Bandeira de Mello (PSB-RJ), Gisela Simona (União-MT) e Taliria Petrone (Psol-RJ).

As propostas receberam destaque na programação da [GloboNews](#), que exibiu as diretrizes elaboradas pelos pesquisadores na íntegra.

Lançamento Câmara Aberta em Brasília (DF)



“

O Câmara Aberta é um exemplo importante e bonito do funcionamento pleno da democracia brasileira. A sociedade civil e o meio acadêmico se uniram para pensar sobre como tornar a Câmara dos Deputados mais funcional, representativa e transparente. O documento com revisões e inovações ao Regimento da Câmara, proposto por nós, deve ser celebrado como ato de resistência às ameaças autoritárias com as quais o país vem lidando desde 2018.



Beatriz Rey, pesquisadora associada à Fundação POPVOX e coordenadora técnica do Câmara Aberta

”



A Câmara dos Deputados passou por um longo e, recentemente, intensificado processo de fechamento, o que este projeto pretende reverter. Tornou-se mais difícil e custoso para a sociedade acompanhar e incidir nos processos decisórios que afetam a todos. Quando não há transparência e participação, os riscos de corrupção e conflitos de interesse são ainda maiores, criando leis e políticas públicas menos efetivas e pouco legítimas.

Guilherme France, gerente de pesquisa e advocacy da Transparência Internacional-Brasil e coordenador técnico do Câmara Aberta

**Ouçã a participação de Arthur Mello,
Coordenador de Advocacy do Pacto pela
Democracia, e Beatriz Rey no podcast Café
da Manhã da Folha de S.Paulo.**



A presidência brasileira do G20 em 2024 marcou um avanço significativo na participação da sociedade civil nas discussões globais e de incidência governamentais. Em contraste com edições anteriores, o Brasil abriu canais amplos de escuta e engajamento, especialmente por meio do C20 – instância oficial da sociedade civil no G20 – que contou com o dobro de grupos de trabalho em relação ao ano anterior.

Em uma ação que se estendeu por todo o ano de 2024, o Pacto pela Democracia **participou ativamente** do processo de engajamento da sociedade civil no contexto da presidência brasileira do G20. No âmbito do C20 (Civil 20), o Pacto atuou como **co-líder do Grupo de Trabalho sobre Governança Democrática, Espaço Cívico, Anticorrupção e Acesso à Justiça**.

Em maio de 2024, o Pacto participou do encontro da Redegov, focado em capacitação e intercâmbios lusófonos. A mesa **“Espaço cívico sob ataque: como as OSC podem sobreviver e resistir à crescente ameaça contra o espaço”**, teve também a participação de Maria Jesus Bikene, da Comisión Ecuatoguineana de Juristas (Guiné Equatorial); e Nicole Verillo, Gerente do Centro de Apoio e Incidência e Anticorrupção da Transparência Internacional - Brasil.



Assista na íntegra o C20 Midterm Meeting, realizado em julho de 2024, no Rio de Janeiro (RJ).

Esse grupo de trabalho reuniu 329 organizações de 42 países, com o objetivo de construir diretrizes e recomendações sobre democracia que foram consolidadas no [relatório final](#) entregue aos líderes globais. O processo do C20 foi reconhecido pela amplitude e diversidade da participação social e representou uma importante oportunidade de diálogo internacional entre organizações da sociedade civil de todas as regiões do mundo, realizada em diversas etapas ao longo do ano, das quais a equipe da secretaria executiva do Pacto e organizações da rede participaram ativamente e presencialmente em reuniões por todo o Brasil.



O Coordenador de Articulação do Pacto pela Democracia, André Amaral, e Jyotsna Mohan, representante da Forus International, organização indiana, apresentaram as conclusões do Grupo de Trabalho sobre Governança Democrática, Espaço Cívico, Combate à Corrupção e Acesso à Justiça, em novembro de 2024.

Essa atividade foi apenas uma entre **várias ações internacionais** das quais a equipe do Pacto pela Democracia participou ao longo do ano, em um grande esforço de **intercâmbio global de aprendizados e fortalecimento de conexões com organizações de diferentes países**. Este trabalho realizado pelo Pacto ao longo de 2024, intensificou ainda mais o interesse internacional, principalmente por conta do reconhecimento por sua contribuição à defesa democrática a partir de uma coalizão em rede.



O mundo se **inspira**
no **Pacto**

Diante do cenário global de recuo democrático e ascensão de forças autoritárias, a atuação do Pacto pela Democracia na arena internacional tornou-se **ainda mais estratégica**. Em um ano marcado por “super eleições” em diversos países, a expertise e os esforços do Pacto na construção de coalizões pró-democracia se tornaram uma inspiração para diversas organizações ao redor do mundo.

Em 2024, o Pacto pela Democracia foi reconhecido internacionalmente ao vencer a categoria **“Processo Eleitoral” do World Justice Challenge**, premiação promovida pela World Justice Project, que destaca iniciativas inovadoras e replicáveis voltadas à promoção do Estado de Direito e da democracia em escala global. A premiação foi concedida durante cerimônia realizada em Chicago, nos Estados Unidos, e homenageou as ações articuladas pela rede do Pacto para a **proteção da integridade das eleições brasileiras de 2022**. A escolha foi feita por um júri internacional especializado que reconheceu o impacto concreto da iniciativa e sua relevância como modelo inspirador para outros países.



**Pacto recebendo o prêmio na categoria
“Processo Eleitoral” do World Justice Challenge**

Winner

Electoral Processes

Civic Participation

Election Monitoring

Voter Information

Voting Rights and Access

Share this

47

Shares



Contact information

www.pactopelademocracia.org.br

[Facebook](#)

[Instagram](#)



Protect Democracy: Safeguarding integrity and rule of law in Brazil's 2022 election

A premiação conferiu ao Pacto não apenas reconhecimento pelo trabalho realizado, mas também **significativa projeção internacional**, fortalecendo sua posição como referência no campo da **defesa democrática**. A conquista contribuiu para ampliar a visibilidade institucional do Pacto junto à comunidade pró-democracia global e consolidou sua atuação em defesa dos **processos eleitorais justos e confiáveis**.

O Pacto pela Democracia destacou-se entre mais de 400 iniciativas inscritas, provenientes de 109 países, **evidenciando a qualidade técnica, a capacidade de articulação em rede e a relevância social de seu trabalho**. A conquista reforça a importância do engajamento da sociedade civil na construção e preservação de sistemas eleitorais confiáveis, servindo como exemplo de inovação democrática com potencial de inspiração e adaptação em diferentes contextos internacionais.

Também no primeiro semestre, a convite da organização **Keseb**, o Pacto pela Democracia participou do **Skoll World Forum**, um dos mais relevantes eventos internacionais dedicados à **inovação social e à promoção de conexões multissetoriais**. A Diretora Executiva do Pacto, Flávia Pellegrino, representou a coalizão em um painel sobre o papel da filantropia no fortalecimento da democracia. A participação permitiu apresentar a atuação da Rede diante de um público global, composto por **lideranças da sociedade civil, setor privado e organizações filantrópicas internacionais**.

Além disso, o reconhecimento internacional do trabalho do Pacto resultou em um convite para participar do **Copenhagen Democracy Summit**, ampliando a inserção institucional em espaços estratégicos de debate democrático global. **O Pacto pela Democracia foi a única organização brasileira presente na edição do evento.**



Organizações da Rede do Pacto participam do Megáfono 2024, na Colômbia

Como produto direto da participação, o Pacto ampliou significativamente sua rede de contatos internacionais, qualificando futuras articulações em prol da democracia. A presença do Pacto nesse fórum não apenas fortaleceu sua **projeção internacional**, como reafirmou o compromisso da rede com o enfrentamento dos desafios democráticos contemporâneos em todo o mundo. A interlocução direta com instituições e atores globais reforça a **capacidade da organização de contribuir para a agenda internacional** da democracia, ao mesmo tempo em que projeta o trabalho desenvolvido no Brasil em fóruns de referência mundial.

Em novembro de 2024, o Pacto participou da **12ª Assembleia Global do World Movement for Democracy** em Joanesburgo, África do Sul, por ocasião do 30º aniversário das primeiras eleições democráticas do país. Este evento bienal reuniu cerca de 500 líderes da sociedade civil, atores políticos e acadêmicos de quase 100 países, proporcionando um espaço para troca de conhecimento e cooperação internacional.

Flávia Pellegrino também participou de um painel na **Washington Brazil Conference**, organizada pela Georgetown University e Brazil Office Alliance. O painel **“The Rise of the Far-Right: Challenges to Democracy in Brazil and Abroad”** explorou as forças anti-democráticas globais, com foco no Brasil, e discutiu a importância de alianças internacionais para a defesa das eleições em diversos países, contando com a participação de especialistas como Guilherme Casarões e Elcior Santana.

Assista na íntegra o painel “The Rise of the Far-Right: Challenges to Democracy in Brazil and Abroad.”



O Pacto também esteve presente no evento **Megáfono Medellín 2024**, na Colômbia. Este encontro internacional reuniu mais de 100 pessoas de 15 países latino-americanos para pensar soluções inovadoras para desafios sociais, com foco em desinformação. Organizações da rede do Pacto, como Instituto AzMina, Lamparina, Ciudadania Inteligente, Conectas e Alma Preta Jornalismo, também participaram.

Além da participação em eventos, a equipe do Pacto integrou **programas e fellowships internacionais** que reforçaram a expertise e a rede de contatos da organização:

Em 2024, Flávia Pellegrino passou a integrar a turma do **Fisher Family Summer Fellows Program**, iniciativa do Center on Democracy, Development and the Rule of Law da Universidade de Stanford. O programa reuniu 26 lideranças de 21 países ao longo de três semanas com o objetivo de promover o intercâmbio de experiências, aprofundar conhecimentos e desenvolver estratégias para o fortalecimento democrático global. A participação contribuiu significativamente para o **aprimoramento técnico e institucional da equipe do Pacto**.



26 lideranças de 21 países participaram e integraram a turma Fisher Family Summer Fellows Program em 2024

Além da imersão formativa, o programa permitiu a expansão de **parcerias internacionais** e a inserção em uma rede global composta por mais de 500 lideranças pró-democracia, resultado dos 19 anos de existência do programa. O conhecimento adquirido durante o período foi **sistematizado e compartilhado com a equipe do Pacto**, qualificando sua atuação nos campos da defesa institucional, do enfrentamento à desinformação e da construção de agendas colaborativas.

O impacto institucional da participação foi expressivo, tanto pela projeção do Pacto em meio ao universo acadêmico internacional, quanto pela consolidação de conexões estratégicas com organizações de diversas regiões do mundo. A experiência fortaleceu a posição do Pacto como **referência latino-americana** no campo da democracia, alinhando-se aos principais debates e práticas em escala global. Como parte do **Keseb Fellowship**, Flávia também escreveu **um artigo** para a **Stanford Social Innovation Review** sobre eleições livres, seguras e justas.



As ameaças à democracia que enfrentamos no Brasil são parte de uma tendência global e, para superá-las, é imprescindível olhar para o que acontece em outros países. Líderes autoritários não apenas aprendem uns com os outros, como também atuam de forma coordenada - e nós também precisamos unir forças com defensores da democracia que atuam em outras partes do mundo.



Pedro Telles, diretor do Democracy Hub (D-Hub)

Em 2024, após tantos anos de vitórias e aprendizados, sentimos que era necessário também compartilharmos com outras organizações do Brasil e do mundo a nossa forma tão singular de trabalho coletivo. Diante deste desafio, em julho de 2024, o Pacto lançou o primeiro fascículo da série **“Guias pela Democracia: Defesa do Processo Eleitoral”**. Esta iniciativa marca um passo fundamental no compartilhamento das nossas maiores descobertas, aprendizados e metodologias desenvolvidas ao longo de seis anos de atuação na defesa e fortalecimento democrático.

O lançamento da série foi motivado pelo desejo de inspirar outras organizações brasileiras e internacionais ao disseminar as práticas que diferenciam a atuação do Pacto. Com isso, consolidamos a atuação da Rede como uma **grande referência na defesa, fortalecimento, proteção e aprofundamento da democracia**, realizando um trabalho consistente, inovador e raramente visto em outros lugares.




SOU DA
REDE DO
PACTO
E TRABALHO
PELA
GARANTIA DA
CI

PACTO PELA
DEMOCRACIA

DEMOCRACIA
FORT
& SOCIEDADE
FORT

2025

Um novo ciclo para o
Pacto a partir de 2025



O ano de 2024 marca um momento histórico para o Pacto pela Democracia: **a concretização da sua formalização jurídica**. Após sete anos de atuação intensa, comprometida e colaborativa em rede, este passo representa não apenas um marco administrativo, mas um avanço estratégico essencial para a **sustentabilidade e fortalecimento da nossa atuação no longo prazo**.

Desde sua criação, o Pacto tem se destacado como um espaço singular da sociedade civil brasileira, unindo organizações em torno da defesa e do fortalecimento da democracia. Mesmo sem existência jurídica formal, conseguimos desenvolver, ao longo desses anos, uma forma de atuação baseada no **diálogo e comprometida com o coletivo**.

A institucionalização não altera a essência do Pacto, mas a fortalece. Preservamos nosso modo de fazer colaborativo, ao mesmo tempo em que inauguramos novas instâncias de governança, promovendo maior colegialidade e distribuindo responsabilidades que antes estavam concentradas na secretaria executiva. Com isso, **reforçamos nosso compromisso** com uma gestão mais democrática, transparente e sustentável.

A governança do Pacto passou a ser composta por cinco instâncias:

- 1) A **Rede**, que é o conjunto de organizações membros da coalizão e onde as reflexões, construções e ações coletivas se realizam;
- 2) A **Secretaria Executiva**, responsável por liderar, coordenar e conduzir a atuação coletiva da coalizão. A SecEx facilita o diálogo entre os membros da rede, organiza os processos e a elaboração de estratégias coletivas, operacionaliza suas ações, e promove a construção e coesão de um espaço baseado em respeito, pluralidade, diálogo e confiança;
- 3) A **Assembleia Geral**, que reúne membros fundadores do Pacto e zela pela integridade da missão e do propósito da organização;
- 4) O **Conselho Estratégico**, que apoia a SecEx na construção de estratégias políticas e gestão institucional;
- 5) E o **Conselho Fiscal**, órgão responsável por fiscalizar a gestão financeira do Pacto, tendo como objetivo fortalecer a sua estrutura de controle, transparência e conformidade.

Essa nova estrutura permitirá que sigamos construindo de forma sólida, sem abrir mão da flexibilidade e da escuta que sempre foram marcas da nossa atuação em rede. Mais do que uma formalidade, a **institucionalização** é um reconhecimento da maturidade e da potência do Pacto como espaço coletivo e um passo decisivo para garantir que ele siga existindo, se fortalecendo e inspirando a sociedade civil brasileira por muitos anos.

Organizações de todo o mundo têm procurado o Pacto para entender como ele construiu seu trabalho, incluindo a defesa da integridade do processo eleitoral, o monitoramento e a reação rápida a avanços antidemocráticos, e a construção de narrativas sobre a democracia. Os Guias pela Democracia se tornam, portanto, uma forma de cristalizar, amadurecer e organizar o nosso próprio fazer.

O fascículo inaugural da série, focado na experiência do Pacto pela Democracia na defesa da integridade do processo eleitoral brasileiro em 2022, solidifica nossas ações ao compartilhar estratégias, dicas e aprendizados e ao incentivar a replicação dessas metodologias em contextos semelhantes, fortalecendo a compreensão da opinião pública sobre **a importância de uma sociedade civil organizada e atuante na garantia do Estado de Direito.**

Em 2025, iniciamos um novo ciclo. Começamos o ano com o **lançamento das diretrizes da Agenda Democracia Forte** e um grande reconhecimento internacional: o **Skoll Awards 2025**, promovido pela Skoll Foundation. Novos desafios e conquistas devem marcar este novo ano, mas temos a certeza de que seguiremos com o mesmo espírito colaborativo e engajado que nos trouxe até aqui – **agora com ainda mais estrutura para sonhar e realizar juntos!**

Assembleia de institucionalização do Pacto em dezembro de 2024



Equipe do Pacto pela Democracia



Flávia Pellegrino

Direção
Executiva



Arthur Mello

Coordenação
de Advocacy



Helena Salvador

Coordenação
de Mobilização
e Campanhas



José Bruno Lima

Coordenação
de Comunicação



**Ivan Santos
(Dú Pente)**

Gerente
Institucional



André Amaral

Coordenação
de Articulação



Mariana Marques

Analista de
Comunicação



Fernanda Myato

Designer
Gráfica

L'Nera Comunicação

Assessoria de
Imprensa

Redes Sociais



pactopelademocracia.org.br



[@pactopelademocracia](https://www.instagram.com/pactopelademocracia)



[\[Inscreva-se na nossa newsletter\]](#)



[PactoDemocracia](#)

Apoiadores



PACTO PELA
DEMOCRACIA

